

**Antonio Raimundo Dias Dos Santos**

**O movimento de resistência do negro africano dentro de um processo educacional no Brasil Império 1824 a 1837 na província de São Paulo no século XIX**

**Antonio Raimundo Dias Dos Santos**

**O movimento de resistência do negro africano dentro de um processo educacional no Brasil Império 1824 a 1837 na província de São Paulo no século XIX**

Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação As Áfricas e suas Diásporas, oferta da Universidade Federal de São Paulo/Universidade Aberta do Brasil.  
Orientador(a): Márcia Moreira Pereira

**2022**

## **O MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA DO NEGRO AFRICANO DENTRO DE UM PROCESSO EDUCACIONAL NO BRASIL IMPÉRIO 1824 A 1837 NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO NO SÉCULO XIX**

**Antonio Raimundo Dias Dos Santos**

### **Resumo:**

A temática desenvolvida a partir da exclusão social durante o período imperial no Brasil conforme a promulgação da constituição de 1824 traz a luz para os nossos dias sobre o papel do negro africano em nossa história e sociedade, como um dos elementos que constitui a nossa mestiçagem, formação cultural do povo brasileiro. Sendo este a mola mestra da economia canavieira e cafeeira em São Paulo. Surge um movimento de resistência rural e urbano através do movimento de irmandades e a criação de quilombos. O presente artigo foi elaborado e pensado com base no estudo da História das Áfricas e suas Diásporas, e o ensino desta em sala de aulas do Brasil, estudando-se uma parte desta história na província de São Paulo resgatando a história e memória dos negros escravizados africanos e sua exclusão social e resistência à escravidão nos períodos 1824 a 1837 durante o império. A metodologia empregada na pesquisa e neste artigo parte dos pressupostos de análises de capítulos onde será abordada a temática pesquisada consultando livros impressos, revistas digitais e sites de buscas para a confecção do objeto desejado.

**Palavras-chave:** Brasil Império, Constituição 1824, Negro Africano, Resistência.

### **Abstract:**

The theme developed from the social exclusion during the imperial period in Brazil according to the promulgation of the 1824 constitution brings light to our days on the role of black Africans in our history and society, as one of the elements that constitute our miscegenation, cultural formation of the Brazilian people. This being the mainspring of the sugarcane and coffee economy in São Paulo. A rural and urban resistance movement emerges through the movement of brotherhoods and the creation of quilombos. The present article was elaborated and thought based on the study of the History of Africa and its Diasporas, and the teaching of this in the classroom in Brazil, studying a part of this history in the province of São Paulo rescuing the history and memory of enslaved blacks. Africans and their social exclusion and resistance to slavery in the periods 1824 to 1837 during the empire. The methodology used in the research and in this article is based on the assumptions of analysis of chapters where the researched theme will be addressed by consulting printed books, digital magazines and search engines to create the desired object.

**Keywords:** Brazil Empire, Constitution 1824, African Negro, Resistance.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo foi elaborado e pensado com base no estudo da História das Áfricas e suas Diásporas, e o ensino desta em sala de aulas do Brasil, estudando-se uma parte desta história na província de São Paulo resgatando a história e memória dos negros escravizados africanos e sua exclusão educacional e resistência a escravidão nos períodos 1824 a 1837 durante o império. Abordando desta forma a alteração da lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. A lei 10.639/2003 criada durante a vigência do governo Lula é uma lei do Brasil que estabelece a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio. Também estabelece o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra no calendário escolar. O preconceito e o racismo estão impregnados em nossa sociedade a muito tempo à décadas, oriundos de um sistema escravocrata, patriarcal e aristocrático, dentro de um sistema agrário voltado para as elites que dominavam nosso território através do sistema econômico da cana-de-açúcar e cafeicultura pelo processo da utilização da mão de obra escrava do negro africano, voltado para abastecer os mercados europeus. O governo imperial através de D. Pedro I, cria leis de exclusão social e principalmente no que toca à educação dos afrodescendentes do Brasil. Por isso é de grande valia este artigo que aborda a temática, educação, resistência, constituição de 1824, a lei educacional de 1837 de exclusão dos afrodescendentes.

O negro africano, a sua história e cultura, não podem ser apagados da história brasileira, um povo que contribuiu com a sua carne e seu sangue para impulsionar a construção da economia, política, cultura deste país, não pode ser esquecido, excluídos do cenário nacional, tem que ser relevado ao primeiro plano como o protagonista de sua história e da história do Brasil juntamente com a população de nativos desta terra, enaltecendo seus valores culturais, étnicos, religiosos procedentes de diversas Áfricas no continente africano que é o berço cultural da humanidade. O objetivo desta pesquisa é de identificar e mostrar para a sociedade a exclusão social do negro escravizado africano dentro do processo educacional no período entre 1824 e 1837, mas, este como um elemento de resistência em nossa sociedade contra as arbitrariedades dos cafeicultores e feitores durante a economia do café na província de São Paulo. O presente artigo "O movimento de resistência do negro africano dentro de um processo educacional no Brasil Imperial entre 1824 e 1837 na província de São Paulo no século XIX". Tem como objetivo estudar o movimento de resistência do negro brasileiro dentro de um processo cultural e educacional durante o império. Partindo da questão da mão de obra escrava na economia monocultora canavieira. E mais tarde na cafeicultura paulista, permitindo se estudar os períodos sobre a exclusão educacional e o processo de resistência durante essa vigência. A metodologia empregada na pesquisa e na formação de um artigo parte dos pressupostos de análises de capítulos onde será abordada a temática pesquisada consultando livros impressos, revistas digitais e sites de buscas para a confecção do objeto desejado.

A temática desenvolvida a partir da exclusão social durante o período imperial no Brasil conforme a promulgação da constituição de 1824 traz a luz para os nossos



dias sobre o papel do negro africano em nossa história e sociedade, como um dos elementos que constitui a nossa mestiçagem, formação cultural do povo brasileiro, sendo este a mola mestra da economia canavieira e cafeeicultora em São Paulo, por conta de não participar do processo educacional, transformando este processo num movimento de resistência rural e urbano.

## **Capítulo 1 - O tráfico negreiro no Brasil durante o Império, e entre o século XV ao XIX**

O tráfico negreiro trazia forçadamente africanos para serem escravizados no Brasil e, ao longo de 300 anos dessa prática, quase cinco milhões de africanos desembarcaram aqui. O tráfico negreiro foi uma atividade realizada entre os séculos XV ao XIX. Os prisioneiros africanos eram comprados nas regiões litorâneas da África para serem escravizados no continente europeu e no continente americano. Essa migração forçada resultou na chegada de milhões de cativos africanos ao Brasil. O tráfico passou a ser proibido em terras brasileiras somente em 1850, por meio da Lei Eusébio de Queirós. O desenvolvimento do tráfico negreiro no Brasil está associado com a instalação da produção açucareira que aconteceu no país, em meados do século XV. O tráfico ultramarino de africanos, com o objetivo de escravizá-los, tem relação direta com a necessidade permanente de trabalhadores nos engenhos e também com a diminuição da população de indígenas. Desde o início da colonização do Brasil por Portugal. Outro fator relevante é o estranhamento cultural que existia nessa relação, pois os indígenas trabalhavam o suficiente para produzir aquilo que fosse necessário para o sustento de sua comunidade. A lógica europeia de trabalho para produzir excedente e riqueza não fazia parte do meio de vida indígena e isso fez os europeus taxarem pejorativamente os indígenas de “inapropriados” para o trabalho. Dentro do funcionamento do sistema colonial escravista, a existência do tráfico negreiro atendia a uma demanda por escravos das colônias e, por ser uma atividade altamente lucrativa, atendia aos interesses da metrópole e da colônia. Isso porque o envolvimento de Portugal com o tráfico de africanos, com o intuito de escravizá-los, era um negócio que existia desde meados do século XV.

Os portugueses possuíam uma série de feitorias na costa africana e nela compravam africanos para enviá-los como escravos para trabalharem nos engenhos instalados nas ilhas atlânticas. Concluindo, o entendimento dos historiadores, atualmente, a respeito desse assunto é que a escassez da mão de obra indígena e a instalação de um negócio que tinha alta demanda por escravos – a produção de açúcar – gerou uma demanda por outra mão de obra, e os comerciantes portugueses, identificando essa necessidade, ampliaram o tráfico negreiro a dimensões gigantescas. O café apenas passa a ter importância nos mercados internacionais no decorrer do século XVIII, em que se transforma no principal alimento de luxo nos países do Ocidente, e é esse fato que estimula a sua cultura nas colônias tropicais da América e da Ásia. No entanto, o Brasil entra apenas tardiamente na lista dos grandes produtores, como explica Caio Prado Jr.: Apesar de sua relativa antiguidade no país, a cultura do café não representa nada de apreciável até os primeiros anos do século XIX. Comercialmente seu valor é quase nulo. E esse início tardio da produção de café para exportação se explica pela mineração no séc. XVIII, pois é apenas no fim desse século que vemos um "renascimento" agrícola no País, e durante esse período o açúcar ainda gozava da



preferência dos agricultores Somente com a decadência das lavouras tradicionais (cana-de-açúcar, algodão e tabaco), vemos um "deslocamento da primazia econômica", do Nordeste para o Sudeste. Outro fator que estimulou a produção de café brasileiro foi a independência dos Estados Unidos que fez com que aquela crescente nação evitasse a todo custo comprar produtos da sua antiga metrópole.

O ciclo do café no Brasil se iniciou, de fato, quando o desembargador João Castelo Branco mandou vir do Maranhão algumas sementes ou mudas, entre 1760 e 1762, para a Cidade do Rio de Janeiro. Das mudas, vingaram apenas umas que foram plantadas no quintal da casa em que ele residia, na ladeira do morro de Santo Antônio, num ponto próximo à hoje Imprensa Nacional, e outras nos terrenos do mosteiro de Santa Teresa, além de mais duas na horta do convento dos capuchinhos italianos, na rua dos Barbons (primitivamente chamado "caminho dos Arcos da Carioca" e que tomou o nome então vulgar dos frades, depois conhecidos por "barbadinhos"), atualmente chamada de rua Evaristo da Veiga. No século XIX, com a expansão da cafeicultura carioca para o Vale do Paraíba (inicialmente, Vassouras e entorno), a então Província do Rio de Janeiro se torna a província mais rica do Brasil e principal produtora de café do mundo. Entre 1835 e 1850, a produção fluminense/carioca de café sextuplicou e o Rio de Janeiro sozinho foi responsável por cerca de 80% da produção nacional de café e 40% da produção mundial, o equivalente na época a mais de 70% do PIB nacional brasileiro. A indústria cafeeira dependia do trabalho escravo e na primeira metade do século XIX 1,5 milhão de escravos foram importados para o Brasil a fim de suprir as necessidades das plantações no Sudeste. Com a proibição do tráfico externo em 1850, os cafeicultores passaram progressivamente a contar com mão-de-obra imigrante europeia nas fazendas.

## 1.2 - Movimento de resistência negro africano na província de São Paulo

Muitos escravos não aceitavam a vida que lhes era imposta e resistiam de diversas formas: suicidavam-se, não cumpriam as ordens que recebiam, assassinavam seus senhores, fugiam, rebelaram-se. Alguns africanos sofriam uma depressão profunda, chamada de banzo, o que poderia levar à morte por inanição. Os senhores de escravos tinham horror a qualquer tipo de resistência, pois além de temerem por suas vidas, temiam perder todo o dinheiro investido na compra do seu escravo. Muitos escravos fugitivos se organizaram em quilombos. Na África, o quilombo era um acampamento militar dos jagas (guerreiros imbangala), e aqui no Brasil se tornou uma comunidade. A ausência negra entre os sujeitos da educação no período anterior ao século XX, já constatada na historiografia da educação brasileira, é uma questão superada. Pesquisas sobre diferentes localidades articulam condição jurídica (escravo, livre, liberto, ingênuo) ou racial (negro, preto, pardo) a outras categorias de análise, sendo realizadas em diferentes campos, o que demonstra que os debates sobre instrução, educação e escola não prescindiram da presença negra, inclusive escrava. É possível verificar que, ainda que de forma desigual quando comparada a outros segmentos, a população negra não esteve ausente do processo de institucionalização da educação ao longo do século XIX, graças a iniciativas particulares como irmandades ou associações, à frequência a aulas ministradas por mestres particulares – pagas pelas próprias famílias negras ou por pessoas brancas –, ou à presença como alunos de escolas públicas ou particulares. No século XIX, auge da presença dos negros na cidade de São Paulo,



quatro Irmandades de Homens Pretos se inseriam no plano urbano, demarcando os lugares onde a população excluída poderia estabelecer redes de sociabilidade, preservando ainda referenciais africanos. O fluxo de devotos negros nessas e nas outras igrejas permitiria o estabelecimento de territórios do Catolicismo Negro em São Paulo, considerados como gêneses da presença urbana negra nesta cidade. Para além da apresentação desses marcos arquitetônicos e reconhecimento desses lugares da cena religiosa dos Oitocentos, o exercício de identificá-los a partir dos documentos primários tem como fim último revelar traços de uma história urbana ainda silenciada. O cenário paulista oficialmente católico, contudo, não seria impedimento para a população negra praticar seus rituais ancestrais de maneira estratégica em zonas da cidade de São Paulo. Considerado à época como feitiçaria, o exercício da religião africana teria sua difusão principal no comércio paulista, praticado por mulheres negras iorubás que vendiam objetos mágicos afroditúrgicos no Beco das Minas - denominado Rua do Quartel no século XIX - e por homens africanos que especificam ervas e compartilham receitas sagradas no Mercado de São João, localizado na baixa da ladeira de mesmo nome. Já nas proximidades das igrejas, esses mesmos negros não católicos poderiam se agrupar diante da Igreja da Misericórdia, onde, desde 1793, haveria um chafariz obra do arquiteto Tebas, o negro Joaquim Pinto de Oliveira; na Capela dos Aflitos, localizada dentro de um cemitério de mesmo nome consagrado em 1779, onde negros de todos os credos teriam um campo santo para cumprir seus rituais fúnebres; e na sacristia da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, utilizada como sede do movimento abolicionista dos Caifazes desde 1877, sugerindo que a concentração dos negros ao redor das igrejas paulistas nem sempre seria pela anuência cristã.

Os agitados tempos da Regência, na década de 1830, assinalam o antirracismo no seu nascedouro quando uma primeira geração de brasileiros negros ilustrados se dedicou a denunciar o “preconceito de cor” em jornais específicos de luta, repudiando o reconhecimento público das “raças” e reivindicando a concretização dos direitos de cidadania já contemplados pela Constituição de 1824. Entre os muitos temas perceptíveis nessa explosão da palavra pública destaca-se a disputa em torno do reconhecimento público das “raças”. Mais de três séculos de dominação portuguesa haviam concorrido para erigir uma estrutura social de racialização explícita na forma de regimentos militares de pretos, pardos e brancos, de irmandades religiosas segregadas, de cemitérios separados, de estatutos clericais de pureza de sangue e das restrições ao acesso de cargos públicos impostas àqueles com defeitos de cor. A vila de São Paulo foi a primeira localidade fundada pelos portugueses para além do litoral, no interior das terras brasileiras. O povoamento inicial aconteceu de forma esparsa, diferentemente da maioria das cidades coloniais, que se caracterizaram pela centralização populacional em torno de um núcleo que compreendia a igreja, o mercado e a Câmara. O núcleo central de São Paulo foi sendo organizado de forma lenta e marcado por um número significativo de residências transitórias habitadas por pessoas que apenas permaneciam na vila para cuidar de negócios ou para passear nos finais de semana e em dias de festa. Esses núcleos esparsos foram constituídos, principalmente, por aldeamentos indígenas reunidos inicialmente pelos jesuítas, como Pinheiros, São Miguel, Barueri, Embu (Mboy), Cotia, Guarulhos e Santo Amaro. Por outro lado, pontos de povoamento formaram-se em torno das capelas, foram os casos da Penha, Nossa Senhora do Ó, Santa Ifigênia, Brás e Santana. Em 1836 era a mais populosa localidade da Província. Contudo, as descrições que se têm do início do



século XIX, para além do núcleo central, mostram ainda uma cidade pobre, com características bem rurais e condições de abastecimento e de higiene precárias. “Em 1809, por exemplo, quando se criou a paróquia de Santa Efigênia, para além do Anhangabaú, o número de edificações espalhadas por esse lado era tão pequeno que ela parecia – no dizer de Teodoro Sampaio – mais um subúrbio pobre que um prolongamento real da cidade. Não se via senão pobreza nas quintas e habitações que aí se localizavam, isoladas ou dispostas ao longo dos caminhos irregulares. Nas proximidades do córrego e da ponte do Açu atirava-se ainda o lixo da cidade. O mesmo acontecia com a várzea do Carmo, beirando o Tamanduateí, onde se faziam então os despejos de uma parte da povoação, soltavam-se animais, sujeitos preguiçosos caçavam e as lavadeiras batiam roupa. Além da várzea, habitações dispersas, ranchos toscos com uma venda anexa (...)”. Somente no decorrer deste mesmo século é que o núcleo central da cidade se expandiu em direção ao Anhangabaú e ao Tamanduateí, melhorando a comunicação com as freguesias mais distantes. Essa ligação entre a área central e os bairros mais longínquos era proporcionada, em grande medida, pelas pontes do Lavapés, do Lorena e do Franca. A ponte do Lavapés ia em direção ao Ipiranga; pela ponte do Lorena chegava-se aos bairros do Piques, de Pinheiros, de Embuaçava e de Pirajuçara; a ponte do Franca desdobrava-se no Brás, Pari e Tatuapé.

No início do século XIX, os resultados da mercantilização promovida pelas atividades de abastecimento das minas se fazem sentir em São Paulo, tendo como consequência o acúmulo de recursos para a compra de escravos, sobretudo africanos. Com a expansão da lavoura canavieira esses recursos aumentaram, crescendo ainda mais com a produção de café. Essa inserção da capitania de São Paulo, e também da cidade, na economia agroexportadora proporcionou uma relação direta com o tráfico atlântico de escravos, refletindo no número de africanos presentes na cidade. Entre 1804 e 1829, houve um aumento do número de escravos africanos na província de São Paulo, principalmente nas regiões de produção de açúcar e café para a exportação, mas também na produção de outros gêneros agrícolas destinados ao comércio interno. Com base no censo de 1829, LUNA e KLEIN (2010. 400p.), afirmam que, na província, 56% dos escravos eram de origem africana. Esses escravos eram empregados na produção de açúcar, aguardente, café e tabaco visando a exportação, bem como em plantações de milho, arroz, feijão e mandioca – gêneros agrícolas para o abastecimento interno. A entrada da mão-de-obra africana influenciou tanto na razão de masculinidade, quanto na composição etária da população de São Paulo. Na capital paulista, os escravos nascidos no Brasil eram, em sua maioria, do sexo feminino. Entre os africanos, os escravos do sexo masculino possuíam uma ligeira supremacia, mas em proporções menores do que, por exemplo, no Oeste Paulista. Nessa região, a razão de masculinidade dos africanos era extremamente elevada, mas para os nascidos no Brasil encontrava-se em equilíbrio. A preferência dos proprietários de escravos era por africanos adultos que pudessem ser destinados de imediato ao trabalho pesado das lavouras. Isso acarreta uma elevada razão de masculinidade e o envelhecimento da população.

As confrarias têm sua origem na Europa do período medieval, inspiradas no modelo das corporações de ofício. Além de solucionar os problemas profissionais, foram criadas com o intuito de dar assistência de um modo mais amplo aos seus membros. O Brasil, por sua vez, também foi adepto dessas organizações, existindo



inúmeras delas por quase todo o território. Para que a irmandade existisse, era necessária uma igreja própria ou “emprestada”. Neste último caso, os altares laterais de igrejas dedicadas a outros santos eram ocupados até que a irmandade tivesse condições de construir a sua própria. Para que vigorasse legalmente era preciso um estatuto conhecido como Compromisso, aprovado pelas autoridades eclesiásticas e pelos monarcas, no qual se estabeleciam a constituição da mesa administrativa e os direitos e os deveres dos seus irmãos que a comporiam. As mais ricas das irmandades no Brasil eram a do Santíssimo Sacramento e as das Ordens Terceiras do Carmo e de São Francisco, integradas, fundamentalmente, por brancos da elite. Os portugueses participavam, sobretudo, da Irmandade de Nossa Senhora das Angústias e da Ordem Terceira de São Domingos. As irmandades integradas, em sua maioria, por negros, escravos e libertos, tinham devoção por santos com a mesma cor de sua pele, como Santo Elesbão, Santa Efigênia e São Benedito. Essas associações eram de grande importância social para a manutenção de relações de solidariedade entre seus membros, com destaque para a mais popular entre elas: a Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. “Era uma organização aceita, protegida pela ação pessoal de reis e eclesiásticos que proporcionava ao homem de cor um instrumento para enfrentar as situações de injustiças e sofrimento. (...) não transformava e nem mesmo tentava pôr fim à escravidão, mas na medida de suas possibilidades procurava diminuir seus malefícios” Bezerra (2010). As irmandades negras foram, algumas vezes, entendidas pela historiografia como um simples instrumento de conversão dos africanos e seus descendentes aos rituais católicos dos brancos. Ao tratar das relações de poder entre Igreja e Estado e as formas de controle das irmandades religiosas, em Minas Gerais do século XVIII, Caio Boschi afirma: “na medida em que as irmandades negras se pautavam nos modelos estabelecidos pelas associações de brancos, era inevitável o processo de assimilação no qual os negros incorporavam à sua personalidade comportamentos e atitudes dos brancos com os quais conviviam. Por isso as irmandades, ao contrário dos quilombos, se tornaram uma forma de manifestação adesista, passiva e conformista das camadas inferiores” (QUINTÃO, Maria Aparecida. Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890). São Paulo. Annablume e FAPESP, 2002).

É preciso salientar que, apesar das irmandades serem instituições de origem europeia, voltadas para a propagação da doutrina católica, os africanos e seus descendentes, trazidos como escravos do outro lado do Atlântico, conseguiram criar nessas associações um espaço de afirmação das suas origens e das suas culturas, pois estas também “(...) serviram de veículo de transmissão de diversas tradições africanas, que se conservaram pela frequência dos contatos, pela conservação da língua e outras razões semelhantes”. Ademais, as irmandades negras foram importantes do ponto de vista social, porque visavam ajudar os associados em momentos de crise financeira, ofereciam assistência médica, forneciam um enterro digno para o irmão e sua família, garantiam uma sepultura na capela da irmandade e contribuíam para a compra de alforria. Essas organizações eram de grande valia por oferecer ao escravo a possibilidade de alforriar-se. Como escreve Scarano: “a organização funcionava como um banco de alforria, que adiantava o dinheiro necessário mediante garantias, dando oportunidade de o irmão ir saldando posteriormente a dívida”. No entanto, apesar de favorecer o cativo com a ajuda na compra de sua liberdade, as irmandades estavam mais preocupadas em proteger o escravo maltratado pelo seu senhor, ajudando-o a alforriar-se, do que interessada na



abolição da instituição escravista. A liberdade era pensada como uma questão individual e não de uma maneira ampla e geral, visando o fim do sistema escravista. Por outro lado, a historiadora Antonia Aparecida Quintão procurou demonstrar, por meio do estudo das confrarias compostas por negros em São Paulo, no final do século XIX, a relação entre estas organizações e o movimento abolicionista. Uma cidade negra e mestiça, às vésperas da independência do Brasil, o trecho urbanizado da capital paulista não ultrapassava os limites do núcleo formado pelas igrejas de São Bento, do Carmo, de São Francisco e pelo próprio colégio dos jesuítas.

## 2. TEORIA METODOLÓGICA

A metodologia empregada na pesquisa e na formação de um artigo parte dos pressupostos de análises de capítulos onde será abordada a temática pesquisada consultando livros impressos, revistas digitais e sites de buscas para a confecção do objeto desejado. O objetivo desta pesquisa é mostrar o processo de exclusão educacional e cultural do negro brasileiro e se havia um movimento de resistência durante o período imperial, onde se predominava as elites escravocratas e o poder político do Imperador na condução da política nacional.

O alvorecer do século XIX abriu uma nova era para os africanos que viviam na Europa e nas Américas. É certo que os diferentes sistemas jurídicos em vigor, tanto na Europa, quanto na América, não concediam aos negros nem a igualdade nem uma verdadeira liberdade, mesmo que tenha havido exemplos de uma maior flexibilidade. Mesmo quando era proibido pela lei, os negros aprendiam a ler e escrever, havia casamentos inter-raciais – que essa ideia repugnasse a maioria da população – e as viagens, locais ou intercontinentais, facilitavam a criação de verdadeiras redes de relações. Entretanto, os africanos da diáspora sabiam que permaneciam párias em terra estrangeira (SILVÉRIO, pág. 51).

O Brasil império durante século XIX em no período de 1837, os negros escravos africanos não podiam frequentar às escolas públicas, dentre a população pessoas acometidas de doenças com patologias que acarretassem contágio de outrem, os negros escravos africanos mesmo que fossem livre e libertos. O projeto de pesquisa foi pensado e desenvolvido com base nas dimensões técnicas, teóricas, afetiva a partir das metodologias qualitativas, dialéticas e bibliográficas do material já trabalhado por outros autores, que serve como subsídios e anteparos pra esse desenvolvimento e compreensão dos períodos aqui estudados entre 1824 a 1837 dentro do contexto histórico do Brasil Imperial e Regencial. Estudando a relação exclusão social do negro escravo africano, dentro de um processo educacional e a formação de um sistema social de resistência à escravidão aonde esse binômio, invisibilidade e registro histórico não se encontram em nossos livros didáticos.

É possível observar na pesquisa dos documentos oficiais a existência de uma articulação ou mecanismos da elite dominante que impedia fortemente a presença de negros na escolarização no Brasil, nota-se pela Primeira Constituição do País de 1824 que no seu artigo 6º classificou como brasileiros os que no Brasil tivessem nascido, fossem ingênuos ou libertos, ainda que o pai fosse estrangeiro, visto não residir por serviço de sua nação; os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro a que viessem estabelecer domicílio no império; os filhos de pai brasileiro em serviço no exterior, embora não viessem a estabelecer domicílio no Brasil; os portugueses residentes no Brasil por ocasião da proclamação da independência e que aqui permaneceram; e os estrangeiros naturalizados (CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824, pág. 300 e 301).



A exclusão educacional dos negros escravos africanos no Brasil, desde o período colonial, e passando pelo império até os dias atuais nos mostra um quadro degradante. A postura dos portugueses, colonizadores, e a elite branca aristocrática em detrimento do acúmulo de capital nas mãos desta minoria, que exclui uma grande parcela da população miscigenada do Brasil em detrimento dos interesses pessoais e corporativistas, o negro sendo visto exclusivamente como uma ferramenta empregada no trabalho escravo na economia canavieira em São Paulo, sendo este o produto mais caro da economia brasileira na época da escravidão.

“Segundo Marcilio (Os sistemas escolares excluíam praticamente todos os trabalhadores. As escolas eram frequentadas pelas classes dominantes e pelas camadas médias e somente as poucas escolas mantidas por entidades confessionais, a título de caridade, aceitavam filhos de trabalhadores, preferencialmente os órfãos e os abandonados. Algumas escolas ilustravam as elites políticas, culturais, eclesiásticas etc. e outras amparavam os desvalidos”.

## 2.1 Considerações finais

O presente artigo foi elaborado e pensado com base no estudo da História das Áfricas e suas Diásporas, e o ensino desta em salas de aulas do Brasil, estudando-se uma parte desta história na província de São Paulo resgatando a história e memória dos negros escravizados africanos e sua exclusão educacional e resistência a escravidão nos períodos 1824 a 1837 durante o império. É possível verificar que, ainda que de forma desigual quando comparada a outros segmentos, a população negra não esteve ausente do processo de institucionalização da educação ao longo do século XIX. Os agitados tempos da Regência, na década de 1830, assinalam o antirracismo no seu nascedouro, quando uma primeira geração de brasileiros negros ilustrados se dedicou a denunciar o “preconceito de cor” em jornais específicos de luta, repudiando o reconhecimento público das “raças” e reivindicando a concretização dos direitos de cidadania já contemplados pela Constituição de 1824.

## 3. REFERÊNCIAS

BARROS, Surya. Pombo.

Disponível <https://www.scielo.br/j/ep/a/9ZhqHKsrZg987cSGqd7SbNg/?lang=pt#>.

BEZERRA, Janaina Santos, PARDOS NA COR & IMPUROS NO SANGUE: etnia, sociabilidades e lutas por inclusão social no espaço urbano pernambucano do XVIII; Disponível; <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/4741/2/Janaina%20Santos%20Bezerra.pdf>.

Gonçalves, Luiz Alberto Oliveira e Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves e Movimento negro e educação. Revista Brasileira de Educação. 2000, n. 15, pp. 134-158. Disponível em: <>. Epub 20 Dez 2012. ISSN 1809-449X.

<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/escravismo-no-brasil-a-resistencia-de-africanos-e-descendentes.htm#:~:text=Muitos%20escravos%20n%C3%A3o%20aceitavam%20a,levar%20a%20morte%20por%20inani%C3%A7%C3%A3o>.

[https://spap.fflch.usp.br/sites/spap.fflch.usp.br/files/DA\\_REGIANE.PDF](https://spap.fflch.usp.br/sites/spap.fflch.usp.br/files/DA_REGIANE.PDF)

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade



de São Paulo. 3 ed. Fapesp. Studio Nobel 1997.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Escravismo no Brasil. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. 400p.

MARCÍLIO. Maria Luiza. História da escola em São Paulo/Maria Luiza Marcílio. – 2. Ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia, 2014. 494 p. il.

MATTOS, Regiane Augusto de. De Cassange, Mina, Benguela a gentio da Guiné. Grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850).

SANTOS, Fabrício Forganés. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. <https://orcid.org/0000-0002-1540-5858>.

SCHLEUMER, Fabiana. Artigo publicado na edição nº 46 de fevereiro de 2010. Recriando Áfricas: presença negra na São Paulo colonial. <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao46/materia01/>

SILVA, Daniel Neves. "Tráfico negreiro"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/trafico-negreiro.htm>. Acesso em 28 de março de 2022.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Síntese da coleção História Geral da África: século XVI ao século XX / coordenação de Valter Roberto Silvério e autoria Maria Corina Rocha e Muryatan Santana Barbosa. – Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

QUINTÃO, Maria Aparecida. Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890). São Paulo. Annablume e FAPESP, 2002.

